

Dossiê: “Antropologias a partir dos medicamentos:
coproduções, políticas e agenciamentos
contemporâneos”



Organizadores

Rosana Castro

Cíntia Engel

Rogério Lopes Azize

Apresentação

Presentation

Rosana Castro¹

Cíntia Engel²

Rogério Lopes Azize¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

²Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil

Comprimidos para o alívio de dores. Ampolas com anestésico para possibilitar cirurgias longas e invasivas. Pomadas para tratar queimaduras. Cremes de uso tópico para crescer cabelos e pelos faciais. Antiácidos efervescentes providenciais para ajudar na digestão de alimentos. Quimioterápicos cuja promessa de cura pode vir acompanhada de dolorosos efeitos colaterais. Substâncias de uso crônico para regular, controlar ou compensar acometimentos fisiológicos e psíquicos. Moduladores de alterações desejadas de estados físico-mentais. Produtos que vendem “qualidade de vida”. Objetos de ações coletivas de luta por acesso. Alvos de políticas de controle estatal para coibir usos “irracionais” ou que causam “dependência”. Tecnologias cuja ausência ou escassez adjectiva doenças como “órfãs” ou “negligenciadas”. Símbolos acabados de práticas técnico-científicas. Agregadores de monumentais investimentos privados multinacionais. Pomos de controvérsias estrategicamente forjadas para intensificar crises sanitárias, científicas e políticas.

Os medicamentos são uma constante das relações sociais contemporâneas e têm configurado um incandescente campo de pesquisas etnográficas. De acordo com Desclaux (2006), a antropologia os privilegia como objeto desde os anos 1980, e, ao longo das décadas seguintes, eles receberam atenção nos mais diversos períodos de sua biografia (VAN DER GEEST; WHYTE, 1996) ou em diferentes genealogias (VARGAS, 2008). Desde então, comprimidos, cápsulas, vacinas, placebos, pomadas, emplastos, suplementos e vitaminas aparecem em etnografias. A partir dos anos 1990, é evidente a consolidação de pelo menos duas tendências marcantes: o aumento de pesquisas sobre etapas anteriores à prescrição e o incremento de abordagens teórico-metodológicas do campo dos estudos sociais da ciência nos mais diversos contextos (HARDON; SANABRIA, 2017). Ao considerarmos essas tendências, acompanhadas de contribuições consolidadas no campo relativas às práticas, significados e sentidos que esses objetos assumem em distintos enquadramentos de uso, distribuição, prescrição e *marketing*, bem como processos de judicialização e ações de coletivos de ativistas para acesso a medicamentos, encontramos neles um diversificado tema de pesquisa antropológica.



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Os medicamentos, em suas variadas formas materiais, modos de aparição e dinâmicas de articulação na vida social, ganharam centralidade inegável na pandemia de Covid-19. O contexto e o conteúdo relativamente opacos de medicamentos e vacinas passaram a ser acompanhados, quase que em tempo real, com informações constantemente checadas (ou não) sobre resultados de fases de pesquisas, protocolização de autorizações de uso emergencial ou definitivo e disponibilização de tratamentos referendados ou não por comunidades científicas e órgãos regulatórios. Discutimos intensamente, ainda hoje, os modos com que dimensões institucionais, políticas, profissionais, familiares e afetivas de nossa vida social estão associadas aos medicamentos – sobretudo, as vacinas.

Apesar das atenções redobradas que o assunto vem recebendo durante a pandemia de Covid-19, os medicamentos não são objetos de reflexão novos na antropologia brasileira (CAMARGO, 2021; CASTRO, 2012). Há cerca de uma década, um significativo adensamento de iniciativas relacionadas à visibilização e à consolidação de um campo de pesquisas em torno, sobre e a partir dos medicamentos vem ganhando maior relevância no Brasil. Nesse circuito, destacam-se como marcos a realização de grupos de trabalho voltados para os medicamentos em eventos acadêmicos do campo da Antropologia. Nas edições de 2011 e 2013 da Reunião de Antropologia do Mercosul, tivemos a realização do GT “Antropologia e Medicamentos”; atividade que se desdobrou posteriormente na Mesa Redonda “Antropologia e Medicamentos: explorando políticas, racionalidades e eficácias”, na edição de 2019 do mesmo evento. Apesar de ser um evento internacional, nessas três atividades, houve o envolvimento de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros em sua coordenação, sendo uma possível sinalização da proeminência que o assunto vem adquirindo no país.

Nesse período, destacam-se no cenário nacional as produções em torno de fenômenos como: os ensaios clínicos com medicamentos e vacinas; regulamentação sanitária; produção e *marketing* farmacêutico; políticas industriais, comerciais e estatais de abastecimento e escassez; interações e práticas em farmácias, drogarias e serviços de saúde; negociações em torno do diagnóstico e da prescrição; judicialização de medicamentos e agenciamentos locais de uso e circulação – havendo tendências marcantes de pesquisas em torno de temáticas como gênero e sexualidade; psicofármacos e a produção científica de medicamentos (CAMARGO, 2021). O campo dos medicamentos é atravessado, ainda, por questões como biomedicalização, pharmaceuticalização da vida e aprimoramento (*enhancement*) (ROHDEN; MONTEIRO, 2019), associados a etnografias que abordam relações articuladas em torno de distintas tecnologias biomédicas.

Contribuindo para a continuidade de iniciativas reflexivas e de pesquisa em eventos nacionais, no ano de 2021, as organizadoras e o organizador deste dossiê coordenaram a Mesa Redonda “Medicamentos, substâncias e políticas: (re)produção de iniquidades em contextos contemporâneos” na IV Reunião de Antropologia da Saúde, e o Simpósio Temático “Dispositivos socioquímicos no capitalismo tecnocientífico: substâncias, corpos e agenciamentos (im)possíveis”, na VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia. Nossa ideia inicial em realizar essas atividades era justamente fomentar diálogos entre interessadas no assunto, potencializar conexões entre suas pesquisas e desafiar presumidas fronteiras entre os diferentes campos e assuntos colocados em contato. Nesse sentido, além de pesquisas sobre relações e agenciamentos com e/ou a partir de medicamentos,

interessavam-nos também os modos com que substâncias, alimentos, suplementos, contaminantes, agrotóxicos, entre outros, sinalizavam questões comuns ou transversais entre tradições e subáreas de pesquisa, bem como o potencial de desestabilização e de disputa sobre os sentidos e os estatutos dos medicamentos a partir desses tensionamentos.

Produtivamente provocados a seguir pensando a partir das instigantes pesquisas que conhecemos neste percurso, retornamos aos medicamentos e propusemos este dossiê temático à *Ilha – Revista de Antropologia*, que prontamente acolheu nossa proposta. Por meio de uma chamada aberta, convidamos autores a apresentarem *etnografias a partir dos medicamentos*. Inspiradas por Fonseca, Rohden e Machado (2012), entendemos que antropologias a partir dos medicamentos os colocam como objeto central da reflexão etnográfica, ao mesmo tempo que se valem deles para realizar análises sobre dimensões relacionais, corporais, institucionais, ambientais, políticas, econômicas e éticas coproduzidas (JASANOFF, 2004). Procurávamos alcançar três propósitos principais: a) reunir pesquisas etnográficas recentes que tivessem os medicamentos como objeto central de reflexão e/ou análise; b) identificar possíveis tendências persistentes ou questões inovadoras na área e visibilizar suas contribuições ao campo da Antropologia; c) contribuir para o campo com uma publicação temática contemporânea, inspiradas pelo marco dos dez anos de publicação do emblemático dossiê “Antropologia e medicamentos”, lançado na R@U – Revista de Antropologia da UFSCar em 2012 (MARTINS; SARTORI, 2012).

O retorno que obtivemos com o lançamento da chamada superou nossas expectativas mais otimistas. Recebemos 23 artigos de 36 pesquisadoras e pesquisadores de variadas universidades, momentos profissionais, vinculações institucionais e Unidades da Federação. Além disso, profissionais de diversas áreas do conhecimento enviaram resultados de pesquisas e reflexões, em uma animadora sinalização de que perspectivas antropológicas sobre os medicamentos podem ensejar diálogos raros entre distintas e distantes áreas do conhecimento e de que a etnografia compõe os repertórios teórico, metodológico e analítico de pesquisas qualitativas para além do campo da Antropologia *stricto sensu*. Pesquisadoras vinculadas a departamentos e programas de pós-graduação em Antropologia, Sociologia, Saúde Coletiva, Psicologia Social, Comunicação, entre outros, enviaram seus trabalhos, denotando a efervescência e o entusiasmo com que os medicamentos tem incitado reflexões em múltiplos campos do conhecimento. A seguir, na apresentação do dossiê, buscamos salientar não somente as temáticas, perspectivas e contribuições de cada artigo, mas também sinalizar brevemente os modos com que tais trabalhos dialogam e adensam pesquisas etnográficas afins.

Iniciamos o dossiê com o artigo de Marina Fisher Nucci e Fernanda Alzuguir. O texto atualiza debates já conhecidos no campo dos estudos sobre amamentação e vacinas a partir dos eventos desencadeados pela Covid-19 e suas mesclas políticas, econômicas e morais. As autoras acompanham reportagens publicadas sobre o tema em 2021, assim como a movimentação nas redes sociais em torno da garantia de vacinação prioritária para lactantes. A relação entre aleitamento e imunidade tem sido material de disputa entre movimentos de mães, profissionais da saúde e jornalistas. Apesar de muitas controvérsias, a relação metonímica entre aleitamento e vacina conquistou espaço e decisões políticas, ganhando ainda mais nuances no contexto da Covid-19. Em um ambiente de corrida pela vacina em contexto de escassez para países do sul

global, um movimento de mães lactantes e profissionais parceiros passaram a reivindicar a prioridade de vacinação para esse público. Aqui, a fé no medicamento e a articulação de grupos em torno do direito ao acesso (RABINOW, 1999; ROSE, 2013), tópicos caros ao campo, mobilizam-se de formas não óbvias na etnografia. Por um lado, são atravessadas por um movimento antivacina ímpar ao contexto contemporâneo brasileiro (HOCHMAN, 2011); por outro, pela distribuição desigual de vacinas na geopolítica global e interna ao Brasil (CASTRO, 2021). No texto, vemos de forma muito expressiva e contemporânea como os medicamentos são objetos materiais-semióticos (HARAWAY, 1991), especialmente no sentido em que a semiótica mobiliza as relações que performam o material – ver artigo de Hardon e Sanabria, cuja tradução compõe este dossiê.

Com o artigo de Lucas Freire, continuamos envolvidos com as movimentações políticas que se articulam a partir dos fármacos, mas nos deslocamos um pouco da formulação de metáforas e narrativas *on-line* para sentarmos na cadeira de uma câmara de litígio. O autor acompanha o cotidiano da Câmara de Resolução de Litígios e Saúde do Rio de Janeiro entre 2016 e 2017. A Câmara e seus muitos servidores atuam como uma instância intermediária entre saúde e justiça, buscando soluções administrativas/extrajudiciais para demandas por acesso a tecnologias de saúde. Caso não se encontrem tais soluções, os casos são encaminhados para a defensoria e seguem o fluxo da justiça. Entramos, então, na judicialização, um assunto com considerável acúmulo de etnografias na área (AURELIANO; GIBBON, 2020; BIEHL; PETRYNA, 2016; FLORES, 2016). Diferente, contudo, de uma perspectiva que percebe a judicialização como uma infraestrutura paralela aos circuitos medicamentosos do SUS (BIEHL, 2013; 2016) e que se articula a partir da luta pelo direito ao acesso por parte de pacientes e familiares, Freire percebe o potencial acesso à justiça como uma etapa ordinária do fluxo institucional do sistema público de saúde. Para o autor, ainda, o mote da escassez de recursos marca o SUS desde sempre e suas crises, como já discutido em outro momento (CASTRO; ENGEL; MARTINS, 2018), não é extraordinário, mas sim um momento de agudização de uma lógica da falta.

A judicialização retorna no artigo de Jociara Nóbrega, que tem como foco a etnografia de uma complexa rede de biossocialidades (RABINOW, 1999; ROSE, 2013) produzidas por familiares e pessoas com Síndrome de Berardinelli em interação com geneticistas, setores da administração pública, indústrias farmacêuticas e outras associações do campo das doenças raras. O eixo dessas relações é a busca por acesso à leptina, um medicamento de alto custo para a doença. O trabalho da autora desenvolve uma detalhada composição etnográfica de distintos momentos marcados por situações em que a leptina foi introduzida aos membros da associação como uma promessa de tratamento por médicos e representantes da indústria; indicou-se que seu acesso teria que se dar por meio de judicialização; pacientes e familiares enfrentaram os tortuosos e complicados procedimentos e processos que envolvem “entrar na justiça”; associados se familiarizaram com as primeiras experiências de uso do medicamento e, posteriormente, encararam percalços e dificuldades para manter o acesso à leptina. Adicionalmente, Nóbrega estende a rede para alcançar experiências de envolvimento de uma “mulher Berardinelli” chilena que, para acessar a leptina, envolve-se em variados ensaios clínicos – prática que também tem sido estudada etnograficamente no contexto brasileiro (BIEHL; PETRYNA,

2016; CASTRO, 2018). Nesse trabalho, a autora sinaliza como os caminhos para que um medicamento chegue às mãos de seus usuários não é necessariamente uma linha reta. Ao contrário, em consonância com um rico conjunto de etnografias realizadas no campo das doenças raras (GRUDZINSKI, 2013; VITOR, 2019; AURELIANO; GIBBON, 2020; MARQUES, 2020), mediadores nacionais e internacionais (inclusive não humanos) precisam se articular em uma rede de relações que pavimenta a estrada entre uma biotecnologia e quem a demanda.

Ainda no campo das práticas de associativismo, o artigo de autoria de Luciana Barbosa, por sua vez, se ancora em uma pesquisa etnográfica realizada na Fundação Daya, sediada em Santiago no Chile. Trata-se de uma associação que realiza diversas ações relacionadas ao manejo da cannabis – entre elas, a instrução de associados da instituição sobre técnicas de plantio, cultivo e produção de óleo artesanal da planta. Iniciando com ricas análises sobre o enquadramento do autocultivo em suas dimensões médico-jurídicas, por um lado, e personalizado e reflexivo, por outro, a autora se dedica a descrever os processos de ensino-aprendizagem envolvidos na produção do óleo nas dependências da própria associação, bem como a refletir sobre modos diversos de percepção, uso e agenciamento de efeitos do óleo nas perspectivas de usuários e trabalhadores da Fundação. Tais práticas associativas, domésticas e individualizadas se correspondem não somente com certas injunções legais em torno da planta, mas, sobretudo, com o entendimento de que as relações entre planta e usuário são relativamente personalizadas e, portanto, as reações experimentadas no uso de seus derivados não são homogêneas (VERÍSSIMO, 2017). A valorização de relações pessoais se estende, ainda, para o entendimento de que se estabelece um vínculo pessoal com esta durante o processo de cultivo em casa, uma relação de cuidado que retorna ao usuário sob a forma de alívio ou tratamento de sintomas.

Adensando esse campo de pesquisas, Hellen Caetano discute em seu artigo o momento de instabilidade e mutação pelo qual vem passando a cannabis, com foco na intensa atividade científica e regulatória entre 2014 e 2019, mas sugerindo uma controvérsia cuja estabilização não parece visível em horizonte próximo, disputas que podem se “intensificar, repousar e nunca, de fato, cessar”. O artigo passeia por distintos estatutos (CASTRO, 2012) da cannabis, agregando fontes documentais, artigos científicos, conteúdos em sítios na internet e plataformas digitais, em uma etnografia a partir das redes científica e regulatória das quais a planta faz parte, assim como ativistas, cientistas, instituições e outros actantes. Na rede científica, Hellen analisa 132 artigos, identificando uma divisão entre trabalhos que se debruçam sobre o potencial terapêutico (especialmente do canabidiol) e outros que analisam a maconha como droga, ressaltando seus efeitos psicoativos. Essa tensão entre os usos da substância também atravessa a rede regulatória analisada, em uma disputa que envolve usos mais ou menos legítimos da planta e suas partes. A autora lança mão das noções de *risco* e *eficácia* como termos êmicos para compreender as questões em jogo – assim como os próprios termos *maconha* e *cannabis* –, que podem ser agenciados de diferentes maneiras, para nos mostrar que uma “moralização não só dos usos, mas também das substâncias, acaba acirrando ainda mais as controvérsias em torno desses compostos”.

A presença de dois artigos que tratam da maconha e seus derivados não nos parece casual: como identificado em diversas etnografias recentes, em seu todo e em suas partes,

a planta vem sendo lugar de intensas controvérsias públicas que colocam em cena seu lugar como “droga” e “medicamento”, dualidades que se replicam em novas produções de diferenças, como aquela entre “usuário” e “paciente” (POLICARPO, 2016; OLIVEIRA, 2016; CAMPOS, 2019; MOTTA, 2020; NELVO, 2020; CAETANO, 2021; BARBOSA, 2021; SOUZA, 2021).

Ainda na senda dos modos complexos com que substâncias são agenciadas, no artigo seguinte, de Wander Wilson, o que está em jogo são distinções que dizem respeito ao próprio EU, no sentido em que o uso de substâncias pode colocar sobre a mesa questões centrais, como uma percepção de autenticidade, o que constitui a verdade do sujeito. A pesquisa se localiza em dois ambulatorios ligados à dependência de drogas, com perspectivas clínicas e formas de tratamento distintas. Talvez “localiza” não seja um termo preciso, porque, em termos metodológicos, Wander se propõe justamente a pensar “o que entra e o que sai” desses espaços, trânsitos e temporalidades; no limite, as categorias tempo e espaço. Um momento etnográfico particular, quando um homem atendido em um dos ambulatorios contrasta um EU anterior (que reconhece como mais verdadeiro, um “corpo-álcool”) e um EU atual (que não se reconhece, um “corpo-outras-relações não alcoólicas”), é o ânimo inicial para se pensar circulações, diferenças, posicionamentos, “formas de produzir realidades” entre os dois ambulatorios, trabalhadores da saúde e sujeitos em tratamento. A ideia de um “Eu, suas relações e suas feitura”, articulada no artigo com a presença ou ausência do uso de substâncias, nos remete à noção de pessoa, tema importante para o campo do corpo e da saúde no pensamento antropológico (DUARTE, 2003), ao mesmo tempo que dialoga como gradações de “autenticidade” (AZIZE, 2008) e “intensidade” (VARGAS, 2008) da experiência do sujeito.

Os três artigos a seguir, de Bruno Castro, Gabriel Salgado Ribeiro de Sá e de Fabíola Rohden, nos remetem a um debate que vem ganhando mais espaço na discussão sobre usos de medicamentos: a dimensão do aprimoramento e seus limites esfumados com as ideias de prevenção e tratamento (PARENS, 1998). Em ambos os casos, o *enhancement* é pensado em sua relação com modos de subjetivação, com o lugar das substâncias na produção de determinados estilos de vida que respondem a demandas contemporâneas de desempenho cognitivo, produtivo, físico ou mental. Compõem um debate sobre a farmacologização da sociedade (WILLIAMS; MARTIN; GABE, 2011), ou seja, a inserção de fármacos para atuar em questões que não são necessariamente tidas como processos de adoecimento (AZIZE, 2002; CONRAD, 2007; ROHDEN, 2017).

A contribuição de Bruno Castro parte da categoria nootrópicos, termo sob o qual ganham guarida uma série de substâncias divulgadas e utilizadas para aprimoramento cognitivo. A pesquisa se dá em ambientes digitais (páginas, perfis, vídeos) nos quais se divulga, comercializa e se debate dosagens, eficácia, formas de uso dessas substâncias, configurando um espaço de biossocialidade. Nesse universo, cabem suplementos alimentares, psicotrópicos e substâncias sem registro específico, o que, segundo Bruno, fala da fluidez desse termo atualmente, uma categoria em disputa. A partir dos nootrópicos, das representações e interações analisadas, o autor levanta hipóteses sobre como os usos dessas substâncias dialogam com modos de subjetivação contemporâneos, a busca por produtividade e desempenho, além de uma certa obsessão com a gestão das possibilidades do cérebro humano – sobre isso, ver também Azize (2008; 2010) e Maia (2017).

Por sua vez, Gabriel Salgado Ribeiro de Sá nos faz entrar e sair de academias de musculação na companhia de fisiculturistas, cujas práticas guardam “uma relação complexa com diversos tipos de medicamentos” – espaço e assunto que têm sido lugar de outras etnografias no Brasil – ver também Sabino (2020) e Silva (2017). Partindo da categoria *broscience*, o artigo discute a circulação de saberes e fazeres sobre drogas que atuam para aprimoramento da imagem e desempenho. Os interlocutores de Gabriel estão falando sobre um modo de produção do corpo, um “corpo experimento”, a partir de um consumo cuja possibilidade passa por relações de confiança entre aqueles que se tornam *brothers*; ao mesmo tempo, trata-se de um estilo de vida para além do espaço físico das academias, um “modo de produção de vida a partir dos medicamentos”, uma “conversão físico-moral” atravessada por noções êmicas de risco e intensidade.

Fabíola Rohden observa as postagens de um popular grupo de Facebook que congrega informações e relatos sobre a utilização de hormônios bioidênticos entre 2019 e 2020. Tratamento derivado da medicina *anti-aging* (ROUGEMONT, 2017), seus especialistas calculam o nível hormonal dos sujeitos e modulam dosagens personalizadas. Os relatos de usuários são tomados por Rohden como testemunhos, já que descrevem de forma otimista o modo como o tratamento mudou suas vidas. O caráter de “antes e depois” das narrativas sublinha melhorias no humor, desejo, apetite, disposição e muitas outras coisas. Com a análise desses testemunhos, Rohden atualiza o debate sobre *enhancement* a partir do termo êmico mais agenciado em seu campo: *investimento*. Consideravelmente alto, o custo é transposto como *investimento* nos testemunhos, indicando o retorno justo que agrega e a diferenciação de quem pode, ou não, fazê-lo. O investimento na prevenção e na qualidade de vida, assim, aparece como elemento de estratificação social. A autora, como já feito em outros lugares (LEIBING; SCHICKTANZ, 2020), chama atenção para o tipo de empreitada farmacológica envolvida em certos circuitos da virada para uma medicina preventiva.

Fernanda dos Santos Macedo e Paula Sandrine Machado são autoras do último artigo do dossiê. Elas escrevem, pesquisam e pensam de forma experimental sobre as práticas de uso de antidepressivos e ansiolíticos. Tomando como base os trabalhos de Barad (2023), Haraway (1995) e Law e Mol (1995), as autoras se aproximam da dimensão relacional da materialidade, levando a sério a composição dos corpos e espaços com os medicamentos, assim como o caráter ambiental e relacional que performa tal composição. Decidem “mostrar o universo que existe entre prescrição e ingestão” a partir de uma pesquisa que acompanha pessoas performando modos de *ficar bem* em momentos de crise. O foco, como dizem as autoras, é a conta-gotas, pois procura as estratégias pequenas, as tentativas, as combinações nas quais os medicamentos são agenciados, seja em encontros com profissionais de saúde, em ajustes de um fármaco com o afeto felino ou mesmo junto de uma conversa com a pesquisadora. Macedo e Machado reiteradamente afirmam que o texto é uma experimentação metodológica. Flerta com a etnografia, mas essa é apropriada por uma pesquisadora psicóloga e suas preocupações; se inspira na praxiografia (MOL, 2002), mas esta é articulada pelo detalhe. Para as autoras, não chega a ser nem o resultado de uma ou de outra, e sim da bricolagem do experimento – algo parecido com as práticas de *ficar bem*.

O número em que consta este dossiê conta, ainda, com duas publicações que foram acolhidas aqui de modo a potencializar suas interlocuções com o campo da antropologia dos medicamentos. A primeira delas é a entrevista realizada por Rafaela Zorzanelli com o antropólogo Sjaak van der Geest, considerado um dos primeiros a sistematizar reflexões etnográficas em torno dos medicamentos. Nessa entrevista, van der Geest reflete sobre questões que marcam sua biografia intelectual e suas perspectivas sobre os medicamentos, como seu imbricamento com práticas cotidianas, sua centralidade no cuidado em saúde, as fases de sua “vida social” e as dimensões simbólicas envolvidas em sua circulação e seu uso em contextos específicos. Além de uma excelente porta de entrada no campo para iniciantes no campo, a entrevista também registra um conjunto de questões que ancoram e fundamentam um eixo central da antropologia dos medicamentos, voltada para a compreensão de seus significados, sentidos e usos.

A outra publicação que se articula de modo direto com este dossiê é a tradução do artigo “*Fluid Drugs: Revisiting the Anthropology of Pharmaceuticals*”, também uma referência para o campo (HARDON; SANABRIA, 2017). Reconhecendo-se como ponto de inflexão e continuidade com a clássica revisão bibliográfica de van der Geest, Whyte e Hardon (1996) a respeito dos medicamentos, o artigo de Anita Hardon e Emilia Sanabria realiza também uma sistematizada revisão da literatura, com foco na produção antropológica sobre os fármacos que se fortaleceu, a partir dos anos 1990, em forte interlocução com o campo dos estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Esse trabalho reúne um conjunto amplo de pesquisas em que os fármacos são pensados em distintos contexto de experimentação, regulamentação, práticas de cuidado e uso, e as autoras salientam como a abordagem dos CTS contribuem no sentido de atentar para a eficácia e os demais efeitos desses objetos menos como uma “propriedade” que lhe seja inerente que um resultado de um conjunto de processos, relações e interações sociomateriais. As autoras sinalizam, ainda, um conjunto de associações fluidas e vazamentos entre organismos e ambientes que engajam os fármacos com outras diversas substâncias, como cosméticos, drogas, agrotóxicos, poluentes, saneantes, entre outros.

Os medicamentos, mais que atalhos etnográficos (FLEISCHER, 2012), são nós de uma rede sociotécnica para lá de densa. Os textos apresentados neste dossiê reverberam temas comuns aos estudos que se dão *a partir dos medicamentos*, atualizando muitos de seus debates principais. Não obstante, se os textos apresentados aqui desenrolaram muitos fios dessas redes, finalizamos esta apresentação retomando algumas temáticas que, assim cremos, são ainda pouco priorizadas ou aprofundadas em pesquisas etnográficas contemporâneas. A primeira envolve ampliar os personagens das etnografias *a partir dos medicamentos*. Temos alguns fármacos e especialistas bem mapeados, mas outros, até mais cotidianos, parecem nos escapar. Nos faltam pesquisas sobre medicamentos sem necessidade de receita, como os de dor de cabeça, azia, curadores de ressaca. Ou, ainda, para os ativos que se vendem como facilitadores do cotidiano, como probióticos, energéticos e lactobacilos. Além disso, pacientes, burocratas e médicos ganham certa preponderância, mas e farmacêuticos, enfermeiros, dentistas, veterinários, visitantes médicos, como esses personagens compõem esse mundo medicamentoso? Tal mundo é diversificado e estabelece combinações entre si (ECKS, 2014; 2021; ENGEL, 2022). Ampliar os personagens das etnografias pode nos fazer atentar para ainda outros valores,

metáforas e *performances* materiais de cuidado, bem como para dinâmicas em que os medicamentos medeiam efeitos hierarquizantes ou contra-hegemônicos, sobretudo em contextos marcados por assimetrias de raça, gênero, classe, idade e deficiências.

Outro desafio que nos parece contínuo é a reflexão sobre limites tênues e esfumados entre categorias, por vezes êmicas, por vezes éticas, centrais para compreender usos, circulações, regulamentações e práticas que envolvem medicamentos. Alguns dos trabalhos que compõem o dossiê apresentam pistas nessa direção ao problematizarem limites entre drogas e medicamentos, aprimoramento, tratamento e prevenção, contextos mais ou menos legitimados ou lícitos, a pertinência de se perceber medicamentos como mais ou menos naturais. Quem sabe, uma contínua reflexão sobre essas categorias ainda possa se beneficiar da aproximação, de modo mais sistemático, de produções sobre fármacos, drogas, vitaminas, alimentos, suplementos, cosméticos, agrotóxicos e outros ativos químicos. Se levarmos a sério que vivemos uma vida alterada por regimes químicos vinculados ao avanço tecnoindustrial (BENSAUDE-VICENT; STENGERS, 1996; MURPHY, 2008; 2015), talvez seja oportuno colocar as múltiplas dimensões desse fenômeno em conversa. As bordas nada evidentes entre natureza e cultura são objeto central da teoria antropológica contemporânea e o nivelamento dessa conversa para os elementos químicos e seus produtos relacionais pode levar o assunto a ainda outras instâncias (PAPADOPOULOS; BELLACASA; MYERS, 2022). Repensar estratégias de pesquisa e de reflexão sobre qual posicionamento tomar em relação às forças e categorias em questão pode ampliar nosso espectro para observar as combinações do mundo com os químicos. Quiçá, pensar uma antropologia a partir dos elementos químicos e seus agenciamentos?

Referências

- AURELIANO, Waleska; GIBBON, Saha. Judicialisation and the politics of rare disease in Brazil: rethinking activism and inequalities. In: GAMLIN, J. *et al.* (org.). **Critical Medical Anthropology – Perspectives in and from Latin America**. London: UCL Press, 2020. p. 248-269.
- AZIZE, Rogerio Lopes. **A nova ordem cerebral: a concepção de “pessoa” na difusão neurocientífica**. 2010. 281f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- AZIZE, Rogerio Lopes. **A química da qualidade de vida: um olhar antropológico sobre uso de medicamentos e saúde em classes médias urbanas brasileiras**. 2002. 118f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- AZIZE, Rogerio Lopes. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 7-30, 2008.
- BARAD, Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. **Signs Journal of Women in Culture and Society**, [s.l.], v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.
- BARBOSA, Luciana. **Redes canábicas no âmbito da saúde: usos medicinais de maconha, mobilização social e produção de conhecimento**. 2021. 231f. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2021.

BENSAUDE-VICENT, Bernadette; STENGERS, Isabelle. **A history of Chemistry**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

BIEHL, João; PETRYNA, Adriana. Tratamentos jurídicos: os mercados terapêuticos e a judicialização do direito à saúde. **Hist. Ciências Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 173-192, 2016.

BIEHL, João. Patient-Citizen-Consumers: judicialization of health and metamorphosis of biopolitics. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 98, p. 77-105, 2016.

BIEHL, João. The judicialization of biopolitics: claiming the right to pharmaceuticals in Brazilian courts. **American Ethnologist**, Arlington, AAA, v. 40, n. 3, p. 419-436, 2013.

CAETANO, Hellen Monique dos Santos. **“Com mais técnica, com mais ciência”**: controvérsias em torno dos procedimentos regulatórios e científicos com cannabis no Brasil. 2021. 163f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

CAMARGO, Ana Cláudia. Antropologia dos medicamentos: o estado da arte das pesquisas no Brasil. **Revista Textos Graduated**, Brasília, v. 2, n. 7, p. 138-156, 2021.

CAMPOS, Natália. **O remédio vem de uma planta que eu não posso plantar**: mobilização e articulação pelo uso terapêutico da maconha na Paraíba. 2019. 310f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

CASTRO, Rosana. Antropologia dos medicamentos: uma revisão teórico-metodológica. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 146-175, 2012.

CASTRO, Rosana. Necropolítica e a corrida tecnológica: notas sobre ensaios clínicos com vacinas contra o coronavírus no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 27, p. 71-90, 2021.

CASTRO, Rosana. Pesquisa clínica, ética e direito à saúde: práticas emergentes de bioativismo científico no Brasil. **Vivência**, Natal, v. 51, p. 50-72, 2018.

CASTRO, Rosana; ENGEL, Cíntia; MARTINS, Raysa (org.). **Antropologias, saúde e contextos de crise**. Brasília, DF: Sobrescrita, 2018.

CONRAD, Peter. **The medicalization of society**: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

DESCLAUX, Alice. O medicamento, um objeto de futuro na antropologia da saúde. **Revista Mediações**, [s.l.], v. 11, n. 2, p. 113-130, 2006.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Indivíduo e pessoa na experiência da saúde e da doença. **Ciência e Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 173-183, 2003.

ECKS, Stefan. Depression, Deprivation, and Dysbiosis: Polyiatrogenesis in Multiple Chronic Illnesses. **Culture, Medicine and Psychiatry**, [s.l.], v. 45, p.507-524, 2021.

ECKS, Stefan. **Eating Drugs Psychopharmaceutical Pluralism in India**. New York: New York University Press, 2014.

ENGEL, Cíntia. Dementia, a Polypharmaceutical Phenomenon: The Intimate Combinations of Dementia Drugs in Brazil. **Culture, Medicine and Psychiatry**, [s.l.], v. 47, 2022.

FLEISCHER, Soraya. Uso e Circulação de Medicamentos em um Bairro Popular Urbano na Ceilândia, DF. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 410-423, 2012.

FLORES, Lise Vogt. **“Na minha mão não morre”**: uma etnografia das ações judiciais de medicamentos. 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine. “Antropologia a partir das ciências: reflexões preliminares”. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine. **Ciências na vida**: antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 7-21.

GRUDZINSKI, Roberta Reis. **A nossa batalha é fazer o governo trabalhar**: estudo etnográfico acerca das práticas de governo de uma associação de pacientes. 2013. 130f. Dissertação (Mestrado em Antropologia social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cardernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. The Biopolitics of Postmodern Bodies: constitutions of Self in Immune System Discourse. In: HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women**: The Reinvention of Nature. New York: Routledge. 1991. p. 203-230.

HARDON, Anita; SANABRIA, Emilia. Fluid Drugs: Revisiting the Anthropology of Pharmaceuticals. **Annu. Rev. Anthropol.**, [s.l.], v. 46, p. 177-132, 2017.

HOCHMAN, Gilberto. Vacinação, varíola e uma cultura da imunização no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 375-386, 2011.

JASANOFF, Sheila. The idiom of co-production. In: JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge**: the co-production of science and social order. New York: Routledge, 2004. p. 1-12.

LAW, John; MOL, Annemarie. Notes on Materiality and Sociality. **The Sociological Review**, [s.l.], v. 43, n.2, p. 274-294, 1995.

LEIBING, Annette; SCHICKTANZ, Silke. **Preventing Dementia? Critical Perspectives on a New Paradigm of Preparing for Old Age**. New York: Berghahn, 2020.

MAIA, Igor Fidelis. **Disputas em torno da ritalina**: entre a obediência farmacológica e a inteligência drogada. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MARQUES, Heytor de Queiroz. **“Está no sangue”**: etnografia sobre a perspectiva hereditária das mucopolissacaridoses no Cariri paraibano. 2020. 114f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Rio Tinto, 2020.

MARTINS, Clarissa; SARTORI, Licy (org.). Dossiê: Antropologia e medicamentos. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, 2012.

MOL, Annemarie. **The body multiple**: ontology in medical practice. Duke: University Press, 2002.

MOTTA, Yuri. **O paciente dedo verde**: uma etnografia sobre o cultivo e consumo de cannabis para fins terapêuticos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2020.

MURPHY, Michelle. Chemical regimes of living. **Environmental History**, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 695-703, 2008.

MURPHY, Michelle. Unsettling care: Troubling transnational itineraries of care in feminist health practices. **Social Studies of Science**, [s.l.], v. 45, n. 5, p. 717-737, 2015.

NELVO, Romário Vieira. **Cotidianos, família e o trabalho do tempo**: dobras políticas no ativismo da maconha medicinal no Rio de Janeiro. 2020. 375 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, Fabiana. **Cuidado, solidariedade e ativismo de pacientes e seus familiares em torno do óleo de maconha rico de canabidiol (CBD)**. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

- PAPADOPOULOS, Dimitri; BELLACASA, María Puig de la; MYERS, Natasha. **Reactivating Elements**: Chemistry, Ecology, Practice. Durham: Duke University Press, 2022.
- PARENS, Erik. Is better always good? The enhancement project. *In*: PARENS, E. (org.) **Enhancing human traits**: ethical and social implications. Washington: Georgetown University Press, 1998. p. 1-28.
- POLICARPO, Frederico. **O consumo de drogas e seus controles**: uma perspectiva comparada entre as cidades do Rio de Janeiro, Brasil, e de San Francisco, EUA. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.
- RABINOW, Paul. Artificialidade e iluminismo. *In*: RABINOW, P. **Antropologia da Razão: ensaios de Paul Rabinow**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 135-157.
- ROHDEN, Fabíola; MONTEIRO, Marko. Para além da ciência e do antropos: deslocamentos da antropologia da ciência e da tecnologia no Brasil. **BIB**, [s.l.], v. 89, p. 1-33, 2019.
- ROHDEN, Fabíola. Vida saudável versus vida aprimorada: tecnologias biomédicas, processos de subjetivação e aprimoramento. **Horiz. antropol**, Porto Alegre, v. 23, n. 47, p. 29-60, 2017.
- ROSE, Nikolas. **A política da própria vida**: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.
- ROUGEMONT, Fernanda dos Reis. O tempo no corpo: envelhecimento e longevidade na perspectiva anti-aging. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 36-61, 2017.
- SABINO, César. **Drogas de Apolo**: Uso Ritual de Esteroides Anabolizantes em Academias de Fisiculturismo; Notas de uma Política do Corpo. Curitiba: Appris, 2020.
- SILVA, Alan Camargo. **Corpos no limite**: suplementos alimentares e anabolizantes em academias de ginástica. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.
- SOUZA, Jonathan Nunes. **Separar o THC, concentrar em CBD ou aproveitar a planta inteira?** Uma etnografia sobre a fabricação de “medicamentos” na ABRACE (PB). 2021. 141f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- VAN DER GEEST, Sjaak; WHYTE, Susan Reynolds; HARDON, Anita. The Anthropology of Pharmaceuticals: a Biographical Approach. **Annual Review of Anthropology**, [s.l.], v. 25, p. 153-178, 1996.
- VARGAS, Eduardo Viana. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE, B. C. *et al.* (org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 41-64.
- VERÍSSIMO, Marcos. **Maconheiros, fumons e growers**: um estudo comparativo do consumo e de cultivo caseiro de canábis no Rio de Janeiro e Buenos Aires. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- VITOR, Victor Cezar de Souza. **Uma tramitação legislativa da esperança**: reflexões sobre a construção da causa coletiva como pauta legislativa em Política Nacional para Doenças Raras no Senado Federal. 2019. 281f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.
- WILLIAMS, Simon J.; MARTIN, Paul; GABE, Jonathan. The pharmaceuticalisation of society? A framework for analysis. **Sociology of Health & Illness**, [s.l.], v. 33, n. 5, p. 710-725, 2011.

Apresentação

Rosana Castro

Doutora em Antropologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Departamento de Políticas e Instituições de Saúde, Rio de Janeiro, Brasil – Professora Adjunta

Endereço profissional: Rua São Francisco Xavier, n. 524, Maracanã, Bloco E, 7º andar, UERJ, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20550-013.

E-mail: rosana.rc.castro@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1069-4785>

Cíntia Engel

Doutora em Antropologia Social.

Universidade de Brasília, CASCA – Coletivo de Antropologia e Saúde Coletiva, Brasília, Brasil – Pesquisadora.

Endereço profissional: Campus Universitário Darcy Ribeiro (UnB), Edifício do Instituto de Ciências Sociais (ICS), Brasília, DF. CEP: 70910-900.

E-mail: cintiaengel@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6099-8920>

Rogerio Lopes Azize

Doutor em Antropologia Social.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Departamento de Políticas e Instituições de Saúde, Rio de Janeiro, Brasil – Professor Associado.

Endereço profissional: Rua São Francisco Xavier, n. 524, Maracanã, Bloco E, 7º andar, UERJ, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20550-013.

E-mail: rogerioazize@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1876-8507>

Como referenciar esta apresentação:

CASTRO, Rosana; ENGEL, Cíntia; AZIZE, Rogerio Lopes. Apresentação Dossiê: Antropologias a partir dos medicamentos: coproduções, políticas e agenciamentos contemporâneos. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 1, e92046, p. 7-20, janeiro de 2023.